

TEORIA, DICAS E
EXERCÍCIOS

SETEC

CAMPINAS - SP

AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

- *Língua Portuguesa*
- *Matemática*
- *Conhecimentos Específicos*
- *Legislação municipal*

DE ACORDO COM EDITAL Nº 01/2026



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca Indepac

Serviços Técnicos Gerais - Autarquia do Município de
Campinas/SP

SETEC

Agente de Fiscalização

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Agente de Fiscalização de acordo com o Edital nº 01/2026, da Serviços Técnicos Gerais - Autarquia do Município de Campinas/SP - SETEC.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca INDEPAC, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
■ INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	13
■ SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	16
SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS.....	16
SINÔNIMOS.....	16
ANTÔNIMOS.....	17
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	18
ACENTUAÇÃO.....	19
■ PONTUAÇÃO.....	20
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS.....	23
NUMERAL.....	24
SUBSTANTIVO.....	24
ADJETIVO.....	26
ADVÉRBIOS.....	28
PRONOME.....	30
Colocação Pronominal.....	33
VERBO.....	33
PREPOSIÇÃO.....	38
CONJUNÇÃO (CLASSIFICAÇÃO E SENTIDO QUE IMPRIME ÀS RELAÇÕES ENTRE AS ORAÇÕES).....	39
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL E REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	40
■ CRASE.....	47
MATEMÁTICA.....	57
■ NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES.....	57
CONJUNTOS NUMÉRICOS.....	57
Naturais.....	57
Inteiros.....	57
Operações com Números Inteiros.....	58

Racionais	59
Operações com Números Racionais	60
Operações com Frações	60
Irracionais	61
Representação na Reta Numérica	62
Reais	63
■ GRANDEZAS PROPORCIONAIS.....	63
PROPRIEDADE DAS PROPORÇÕES.....	63
Somadas Externas	63
Somadas Internas	64
Soma com Produto por Escalar	64
REGRA DA SOCIEDADE.....	65
Diretamente Proporcional	65
Inversamente Proporcional	65
■ REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTA.....	67
REGRA DE TRÊS SIMPLES	67
REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	69
■ PORCENTAGEM.....	71
NÚMERO RELATIVO.....	71
SOMA E SUBTRAÇÃO DE PORCENTAGEM	72
■ JUROS SIMPLES E COMPOSTOS	73
CONCEITOS.....	73
Juro	73
Capital.....	73
Montante	73
Período	73
Taxa de Juros.....	73
Taxa Percentual.....	74
Taxa Unitária.....	74
JUROS SIMPLES	74
Cálculo do Montante em Juros Simples	74
JUROS COMPOSTOS.....	76
Cálculo do Prazo	77
■ UNIDADES DE MEDIDA	78

UNIDADES FUNDAMENTAIS DO SI	78
PREFIXOS DO SI	78
MEDIDAS DE COMPRIMENTO, ÁREA, CAPACIDADE E VOLUME: CONVERSÃO DE UNIDADES	79
Medidas de Comprimento	79
Medidas de Área ou Superfície	79
Medidas de Volume ou Capacidade	79
Medidas de Tempo	79
Medidas de Massa	80
Medidas de Temperatura	80
■ EQUAÇÃO DO 1º GRAU E RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA	81
GRÁFICO DE UMA EQUAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU	81
■ CONCEITOS BÁSICOS DE GEOMETRIA: CÁLCULO DE ÁREA E CÁLCULO DE VOLUME	83
ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA GEOMETRIA ESPACIAL	83
Ponto	83
Reta	83
Plano	84
POSIÇÃO RELATIVA ENTRE RETAS E PLANOS	84
SÓLIDOS GEOMÉTRICOS: POLIEDROS	84
Cubo	84
Prismas	84
Pirâmides	86
CORPOS REDONDOS	88
Cilindro	88
Cone	90
Esfera	93
Área Superficial	94
■ TABELAS E GRÁFICOS	95
LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TABELAS	95
LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS	96
Colunas ou Barras Justapostas	96
Gráfico de Setores (ou de Pizza)	97
Gráfico de Linha	98
Histograma	98
■ RACIOCÍNIO LÓGICO	100

VALORES LÓGICOS.....	100
ESTRUTURA LÓGICA.....	100
A Negação com o Conectivo “não”	100
Conjunção (Conectivo “e”).....	100
Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)	100
Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)	100
Condicional (Conectivo “se... então”)	100
Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)	100
PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES.....	100
SENTENÇA ABERTA	101
PRINCÍPIOS DA LÓGICA PROPOSICIONAL	102
Princípio do Terceiro Excluído.....	102
Princípio da Não Contradição	102
Princípio da Identidade.....	102
PREDICADOS.....	102
Objeto.....	102
Variáveis	102
Quantificadores.....	102
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS E CONECTIVOS LÓGICOS.....	103
Conjunção (Conectivo “e”).....	103
Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)	103
Disjunção Exclusiva (Conectivo “ou...ou”).....	103
Condicional (Conectivo “se, então”).....	103
Bicondicional (Conectivo “se e somente se”)	103
Negação	104
TABELA-VERDADE.....	104
Negação	105
Dupla Negação.....	105
Conjunção “e”	105
Disjunção “ou”	105
Disjunção Exclusiva “ou ... ou”	105
Bicondicional “se e somente se”	105
Condicional “se..., então”	105
TAUTOLOGIA.....	106
CONTRADIÇÃO	106

CONTINGÊNCIA	106
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	111
■ PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	111
■ PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	117
■ FISCALIZAÇÃO DE BENS.....	120
■ SERVIÇOS PÚBLICOS	124
■ TÉCNICAS DE FISCALIZAÇÃO	137
■ PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO	139
■ LAVRATURA DE NOTIFICAÇÕES, AUTOS, RELATÓRIOS E DEMAIS DOCUMENTOS PERTINENTES À ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA	141
■ ATENDIMENTO AO PÚBLICO	143
■ COMUNICAÇÃO OFICIAL.....	148
■ NOÇÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	180
■ PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	188
■ SEGURANÇA DO TRABALHO APLICADA ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	190
■ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	193
■ RELAÇÕES INTERPESSOAIS.....	194
■ CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA: MICROSOFT WINDOWS 10 OU VERSÕES MAIS RECENTES.....	199
ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, ÍCONES, BARRA DE TAREFAS E FERRAMENTAS, COMANDOS E RECURSOS	199
CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS.....	202
UNIDADES DE ARMAZENAMENTO.....	203
VISUALIZAÇÃO, EXIBIÇÃO E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS	205
USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS.....	210
Painel de Controle.....	211
INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS MS-OFFICE 2016 OU VERSÕES MAIS RECENTES...	213
■ MS-WORD 2016 OU VERSÕES MAIS RECENTES.....	216
BARRA DE FERRAMENTAS, COMANDOS, ATALHOS E RECURSOS; EDITORAÇÃO E PROCESSAMENTO DE TEXTOS; PROPRIEDADES E ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS	216

DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO NA PÁGINA; FORMATAÇÃO; CABEÇALHO E RODAPÉ; TABELAS; IMPRESSÃO; INSERÇÃO DE OBJETOS/IMAGENS; CAMPOS PREDEFINIDOS; ENVELOPES, ETIQUETAS, MALA-DIRETA; CAIXAS DE TEXTO.....	220
---	-----

■ MS-EXCEL 2016 OU VERSÕES MAIS RECENTES 228

BARRA DE FERRAMENTAS, COMANDOS, ATALHOS E RECURSOS; FUNCIONALIDADES E ESTRUTURA DAS PLANILHAS; CONFIGURAÇÃO DE PAINÉIS E CÉLULAS; LINHAS, COLUNAS, PASTAS, TABELAS E GRÁFICOS; FORMATAÇÃO.....	228
--	-----

USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS; IMPRESSÃO; INSERÇÃO DE OBJETOS/IMAGENS; CAMPOS PREDEFINIDOS; CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS; VALIDAÇÃO DE DADOS E OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS; FILTRAGENS E CLASSIFICAÇÃO DE DADOS.....	231
---	-----

■ CORREIO ELETRÔNICO: COMANDOS, ATALHOS E RECURSOS 238

USO DO CORREIO ELETRÔNICO	240
---------------------------------	-----

PREPARO E ENVIO DE MENSAGENS	240
------------------------------------	-----

ANEXAÇÃO DE ARQUIVOS.....	241
---------------------------	-----

MODOS DE EXIBIÇÃO; ORGANIZAÇÃO DE E-MAILS, GERENCIADOR DE CONTATOS	241
--	-----

■ INTERNET..... 242

NAVEGAÇÃO E PRINCÍPIOS DE ACESSO À INTERNET: BARRA DE FERRAMENTAS, COMANDOS, ATALHOS E RECURSOS DOS PRINCIPAIS NAVEGADORES; DOWNLOADS	242
---	-----

CONCEITOS DE URL, LINKS, SITES, VÍRUS, BUSCA E IMPRESSÃO DE PÁGINAS.....	244
--	-----

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL 251

■ LEI Nº 4.369, DE 11/02/1974..... 251

■ LEI Nº 7.557, DE 09/07/1993..... 261

■ DECRETO Nº 11.434, DE 03/01/1994..... 262

■ LEI Nº 7.665, DE 16/11/1993..... 264

■ DECRETO Nº 11.643, DE 14/10/1994..... 270

■ LEI Nº 8.732, DE 09/01/1996..... 272

■ LEI Nº 8.745, DE 16/01/1996..... 273

■ LEI Nº 9.207, DE 31/12/1996..... 275

■ RESOLUÇÃO Nº 03, DE 14/05/2001 276

■ LEI Nº 11.290, DE 24/06/2002 278

■ DECRETO Nº 22.457, DE 24/10/2022..... 278

■ LEI Nº 11.459, DE 06/01/2003 286

■ DECRETO Nº 15.438, DE 25/04/2006	291
■ DECRETO Nº 22.349, DE 31/08/2022	296
■ LEI Nº 14.955, DE 18/12/2014	304
■ DECRETO Nº 23.201, DE 15/02/2024 E ALTERAÇÕES POSTERIORES	308
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 443, DE 18/12/2023	317
■ DECRETO Nº 24.307, DE 20/02/2026	326
■ LEI COMPLEMENTAR Nº 509, DE 20/12/2024	329

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

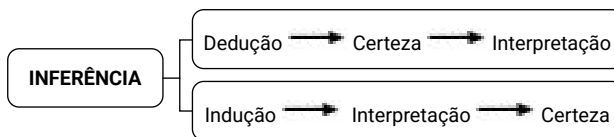
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

MATEMÁTICA

NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS: OPERAÇÕES E PROPRIEDADES

CONJUNTOS NUMÉRICOS

Naturais

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra N , e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo N^* para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N** . Além disso, podemos encontrar o **símbolo N^*** , que representa os **números naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “ n ” é o número “ $n+1$ ”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “ n ” é o número “ $n-1$ ”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, $(n-1, n \text{ e } n+1)$ são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;

- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

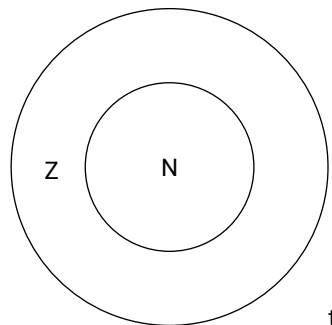
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

Inteiros

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$$Z = \{\dots, -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$$

O símbolo desse conjunto é a letra Z . Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que N é um subconjunto de Z . Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Por motivos didáticos, costuma-se dividir as normas cogentes em regras e princípios.

Regras são normas cogentes que traduzem um comando direto, criadas pelo legislador (portanto, são positivadas) e utilizadas para a solução de casos concretos e específicos.

Os **princípios**, por sua vez, delimitam os valores fundamentais de um ramo do direito, têm conteúdo muito mais abrangente e são considerados mais importantes, dado o seu caráter geral e abstrato. Os princípios são descobertos pela doutrina por meio da análise das regras, retirando os aspectos concretos dela. Dessa forma, o legislador tem um papel indireto na criação dos princípios.

Apesar das diferenças mencionadas, é indiscutível que os princípios e as regras são normas que apresentam força cogente máxima. Porém, como os princípios têm valores fundamentais de um ramo jurídico, são considerados hierarquicamente superiores. Violar uma regra é um erro **grave**, mas violar um princípio é um erro **gravíssimo**, pois é o cometimento de uma ofensa a todo um ordenamento de comandos.

É importante mencionar que não há hierarquia material entre princípios, que são independentes de uma hierarquização, tendo a mesma relevância jurídica.

Cabe ressaltar também que, caso ocorra conflito entre dois ou mais princípios simultaneamente aplicáveis a um caso concreto, sua solução deverá recorrer ao método da ponderação. Em que pese não haja hierarquia entre princípios, o método da ponderação é o meio pelo qual se faz uma valoração do peso de cada princípio, de acordo com o caso concreto.

Atenção! Não há prevalência **absoluta** (hierarquia) de um princípio sobre o outro.

PRINCÍPIOS X REGRAS

Os princípios são a base de um ordenamento jurídico, anteriores até mesmo à existência das normas, pois influenciam no próprio processo legislativo.

Podem constar expressamente ou não, tendo como característica o fato de terem enunciados genéricos para aplicação no máximo possível de situações, sendo que os princípios têm alto nível de abstração, outra característica que irá permitir a sua aplicabilidade a um grande número de situações.

Cumpram ressaltar que os princípios também poderão ser utilizados para análise da validade de normas constantes do ordenamento jurídico, assim como a sua correta interpretação.

Nessa esteira, não há hierarquia na aplicação dos princípios. Eles devem ser interpretados de forma

harmônica. No entanto, isso não impede que um ou outro esteja mais presente quando na análise de uma situação concreta. Nesse ponto, não falaremos de hierarquia, mas da mera aplicabilidade do princípio à situação concreta trazida à análise.

Vamos enumerar as características dos princípios colocadas até então:

- generalidade;
- abstração;
- ausência de hierarquia entre si; e
- interpretação e validação de regras.

Vejamos, agora, sobre as regras, que são menos genéricas e abstratas. Ainda que aplicáveis eventualmente a várias situações correlatas, elas já procuram se aproximar da realidade dos fatos, apresentando comandos mais claros e concretos.

No Brasil há alguns critérios que podem ser utilizados para a solução do conflito entre regras:

- **Hierárquico:** prevalece a de maior hierarquia. Por exemplo: a Constituição Federal (CF), de 1988, sobre qualquer norma interna;
- **Cronológico:** prevalecerá a lei mais nova sobre o tema;
- **Especialidade:** prevalecerá a lei mais específica sobre o tema.

DOS PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Os princípios de direito administrativo são, assim, os que atuam como diretrizes sistêmicas do próprio regime jurídico-administrativo. Os princípios que regem a atividade da Administração Pública são vastos, podendo estar explícitos em norma positivada ou até mesmo implícitos, porém denotados segundo a interpretação das normas jurídicas. Temos, assim, os princípios gerais de direito administrativo e os princípios constitucionais e infraconstitucionais.

Princípios Gerais de Direito Administrativo

Os princípios gerais de direito administrativo são os princípios basilares desse ramo jurídico, sendo aplicáveis ante o fato de a Administração Pública ser considerada pessoa jurídica de direito público.

São princípios implícitos, uma vez que eles não precisam estar expressos na legislação para que a doutrina aceite sua existência, afinal, sem esses princípios a Administração não poderia funcionar direito. Esses princípios implícitos são dois: o princípio da supremacia do interesse público e o princípio da indisponibilidade do interesse público.

O princípio da supremacia do interesse público é o que **confere prerrogativas** à Administração, em um patamar de superioridade (supremacia) em relação ao particular.

A supremacia do interesse público sobre o privado é um aspecto fundamental para o exercício da função administrativa. Podemos citar como exemplo a desapropriação de um imóvel pertencente a um particular: o particular pode ter interesse em não ter seu bem desapropriado, ou achar o valor da indenização injusto, mas ele não pode ter interesse em extinguir o

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI Nº 4.369, DE 11/02/1974

A Lei nº 4.369, de 1974, é uma lei municipal de Campinas que cria a autarquia Serviços Técnicos Gerais, conhecida pela sigla Setec, e organiza a sua estrutura, as suas competências e as suas fontes de receita. São quarenta e cinco artigos distribuídos em oito capítulos, e neles a autarquia recebe personalidade jurídica própria, sede e foro no Município, autonomia administrativa e autonomia financeira.

A criação da entidade respondeu à necessidade de retirar da administração direta um conjunto de serviços de natureza operacional e de arrecadação, entre eles a ocupação do solo em vias e logradouros públicos, o serviço funerário e os estacionamento. A Setec sucedeu a Central de Abastecimento, a CEAB, autarquia criada em 1970 e extinta por esta lei. O texto recebeu alterações pontuais ao longo de mais de cinquenta anos, e a mais recente delas é de 2026.

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, SEDE E FINS

Art. 1º *Fica criada a autarquia municipal, Serviços Técnicos Gerais, com personalidade jurídica própria, sede e foro no Município de Campinas e autonomia administrativa e financeira, consoante o disposto nesta lei.*

A criação da autarquia municipal vem acompanhada de quatro atributos que o próprio artigo enuncia, quais sejam a personalidade jurídica própria, a sede e o foro no Município de Campinas, a autonomia administrativa e a autonomia financeira. Autarquia é pessoa jurídica de direito público criada por lei para executar atividade típica da Administração de forma descentralizada. A exigência de lei específica para a criação consta hoje do art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal.

Personalidade jurídica própria significa que a Setec responde em nome próprio, tem patrimônio separado e é parte em juízo, sem se confundir com o Município. Foro no Município de Campinas define onde as ações que a envolvem são propostas. Autonomia administrativa e autonomia financeira não equivalem a independência, porque a autarquia permanece sob controle finalístico do Município, exercido pela supervisão do Prefeito e pela prestação de contas dos arts. 36 e 37.

A expressão “consoante o disposto nesta lei” fecha o artigo e amarra a autonomia aos limites do próprio diploma, o que afasta a leitura de autonomia irrestrita. O Município mantém o controle finalístico.

Art. 2º *A autarquia Serviços Técnicos Gerais, que usará a sigla Setec, cumprirá os seus encargos de acordo com o enunciado nesta lei e no seu regimento.*

A sigla Setec passa a designar oficialmente a autarquia, e o dispositivo condiciona o cumprimento dos seus encargos ao que está nesta lei e no seu regimento. O regimento é norma interna, aprovada por resolução do Conselho Deliberativo na forma do art. 15, inciso II, e complementa a lei sem poder contrariá-la. A dupla referência à lei e ao regimento cria hierarquia clara, porque o regimento organiza a execução daquilo que a lei já autorizou.

O art. 38 fixou prazo de cento e oitenta dias para a publicação desse regimento, contados da instalação da autarquia. A sigla oficial é Setec.

Art. 3º *À Setec compete:*

I - administrar e fiscalizar, por delegação, a ocupação do solo em vias e logradouros públicos;

II - construir e dirigir entreposto aduaneiro, armazéns gerais e terminal cerealista;

III - construir e explorar estacionamentos de veículos e garagens, subterrâneas ou não;

IV - implantar e dirigir o serviço funerário municipal.

V - licenciar e fiscalizar, por delegação, a instalação e/ou utilização de painéis identificativos e de engenhos publicitários em bens do domínio público ou em imóveis privados, edificados ou não, bem como em veículos destinados exclusivamente à exploração de publicidade, desde que visíveis das ruas e logradouros públicos ou ainda de outros locais de acesso público. (Redação dada pela Lei Complementar nº 443, de 18 de dezembro de 2023)

VI - (Declarado inconstitucional pela ADI nº 2162093-46.2018.8.26.0000)

As competências do art. 3º formam o núcleo finalístico da autarquia e explicam por que a Setec aparece em normas municipais bastante diversas entre si. O inciso I é o de maior alcance prático, porque entrega à autarquia, por delegação, a administração e a fiscalização da ocupação do solo em vias e logradouros públicos. É dele que derivam as bancas de jornal, as guaritas, as caçambas de entulho e o comércio ambulante.

A palavra delegação indica que a competência originária é do Município e foi transferida à autarquia pela própria lei, de modo que o Município continua titular do bem público ocupado. Os incisos II e III reúnem atividades de infraestrutura e de exploração econômica, com o entreposto aduaneiro, os armazéns gerais e o terminal cerealista de um lado, e os estacionamento e garagens, subterrâneas ou não, de outro.

O inciso IV atribui à autarquia implantar e dirigir o serviço funerário municipal, competência ligada à administração dos cemitérios e que rende receita própria pelo art. 24, inciso IV. O inciso V está na redação dada pela Lei Complementar nº 443, de 2023, e trata do licenciamento e da fiscalização, por delegação, de painéis identificativos e de engenhos publicitários. A redação anterior, acrescentada pela Lei nº 14.955, de 2014, falava em autorizar e fiscalizar, e não alcançava veículos nem outros locais de acesso público.

O alcance do inciso V é largo, porque cobre bens do domínio público, imóveis privados edificados ou não e até veículos destinados exclusivamente à

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO